

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 067

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 018ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Tureck.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1526

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votação em bloco, das Proposições de Veto, itens 01 a 05, constantes da Ordem do dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 22.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco, das Proposições de Veto, itens 01 a 05, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Solicito aos senhores deputados que façamos votação em bloco de todos os vetos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa coloca em votação a proposição do deputado Durval Amaral, requerendo votação em bloco. Em discussão, em votação. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, faremos a votação em bloco dos vetos.

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição Nº 010/97, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 478/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cincoenta por cento) dos vencimentos aos servidores públicos do Estado do Paraná, lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - Craid. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 113/97

Curitiba, 02 de julho de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 06/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 478/96 por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir “uma gratificação especial correspondente a 50% (cincoenta por cento) dos vencimentos aos servidores que prestam atendimento aos portadores de paralisia cerebral e/ou múltiplas deficiências, lotados no Centro Regional

de Atendimento Integrado ao Deficiente - Craid", e que tal gratificação será incorporada aos proventos de aposentadoria aos que a tiverem percebida por período não inferior a 5 (cinco) anos.

O não recolhimento ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade porque afronta o preceito contido no art. 66, incisos I e II, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Governador do Estado a competência privativa para início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico e remuneração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O projeto de Lei nº 478/96 foi publicado em 1ª discussão, no D.A. nº 178/96).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 10/97

#### P A R E C E R :

Esta proposição-veto oriunda do Ofício CTL/SEEG nº 113/97, do Governo do Estado, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 478/96, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos aos servidores públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - Craid.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental e estando de acordo com o prazo cabível, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/97, veto parcial ao Projeto de Lei nº 468/96, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que objetiva dar redação ao Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 112/97

Curitiba, 02 de julho de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 066/97, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 468/96, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994, para o fim de, segundo justificativa do autor, excluir os ex-combatentes do limite máximo de remuneração dos servidores do Estado.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade porque afronta o preceito contido no art. 66, incisos I e II, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Governador do Estado, a competência privativa para início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico e remuneração.

Ressalta-se ainda, o fato de que, inobstantemente à insanável inconstitucionalidade, a medida apresenta-se equivocadamente formulada, jurídica e tecnicamente impossível, porque pretende alterar dispositivo expressamente revogado pela Lei nº 11.071, de 23 de março de 1995.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 468/96, foi publicado em 1ª discussão, no D.A. nº 185/96).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO AO PROJETO DE LEI Nº 11/97

#### P A R E C E R :

Esta proposição veto, oriunda do Ofício/CTL/SEEG nº 112/97, do Governo do Estado, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 468/96, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que objetiva dar nova redação ao § 2º, do artigo 2º, da Lei nº 10.969, de 23/12/94.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental e estando de acordo com o prazo cabível, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/98, veto parcial ao Projeto de Lei nº 252/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 288/98.

Curitiba, 03 de agosto de 1998.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 157/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 252/98, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982. O veto parcial apostado incidiu sobre o § 1º, que o artigo 1º, contém na alteração ao artigo 41, da Lei Complementar nº 14/82. Incidiu, ainda, o veto parcial, ao art. 3º, do projeto de lei em referência.

A negativa de sanção ao § 1º, cuja redação seria dada ao artigo 41, da Lei Complementar nº 14/82, decorre de conflito entre o pretendido dispositivo que visa aplicação tão só do critério de merecimento nas promoções para classes de finais de carreira e o inciso XXII, do artigo 34, da Constituição Estadual que determina, para tal, observância rigorosa nos critérios de merecimento e antiguidade. Seria, assim, inconstitucional.

O artigo 3º foi vetado, por ter sido considerado contrário ao interesse público, tendo em vista que os dispositivos que o mesmo pretende revogar são entendidos como indispensáveis e necessários no texto do Estatuto de que trata a Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 252/98, foi publicado em redação final, no D.A. nº 101/98).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO AO PROJETO DE LEI Nº 20/98

### P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei Complementar nº 252/98, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, que altera a Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 23.04.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/99, veto apostado ao Projeto de Lei nº 495/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, nele incluindo o município de Piên. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 140/99.

Curitiba, 01 de fevereiro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 001/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 495/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de sua total e absoluta inexequibilidade porque, equivocadamente, ao pretender incluir um novo Município (Piên) na área da Região Metropolitana de Curitiba, exclui outros cinco que já a integram. É que o legislador deixou de considerar a Lei nº 12.125, de 22 de abril de 1998, que havia agregado outros municípios na referida região metropolitana, os quais, se a presente medida fosse acolhida, ficariam excluídos.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 495/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 193/98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 10/98

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 495/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 11.027, de 29.12.94, nele incluindo o município de Piên.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 23.03.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 05**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 044/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar o lote de terreno, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 056/2000.

Curitiba, 20 de maio de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 016/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 539/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel, cuja doação é pretendida, está indisponível porque encontra-se ocupado pelo Departamento de Estradas de Rodagem e que, se não existisse nem bastasse tal impedimento, teria, que ser levadas em conta as disposições da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, quanto à transferência de imóveis do Estado ao Sistema de Previdência.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 539/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 013/200, de 13/03/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 44/2000

P A R E C E R :

**Relatório**

A proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do Deputado Augustinho

Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno nele especificado à Prefeitura do município de Chopinzinho. Este veto foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 056/2000, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

**Fundamentação**

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual, já que o projeto foi enviado à sanção em 09 de maio de 2000 e vetado em 29 de maio. A razão exposta pelo chefe do Poder Executivo é ser o mesmo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel, objeto da doação, já se encontra ocupado pelo Departamento de Estrada de Rodagem - DER. Outrossim, o veto leva em consideração as disposições da Lei nº 12.398, de 30/12/98, que trata da transferência de imóveis do Estado ao Sistema de Previdência.

**Conclusão**

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder à chamada nominal para a votação dos vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Procede a chamada nominal)**

Senhor presidente, 39 senhores deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Convido os Senhores Deputados Fernando Ribas Carli, José Maria Ferreira, e o Deputado Ricardo Chab, para procederem à apuração dos votos.

Trinta e nove (39) senhores deputados votaram.

Vinte e dois (22) sim; dezesseis (16) não; um (01) branco.

**Portanto, ficam mantidos os vetos do Poder Executivo aos referidos projetos.**

Antes de encerrar a sessão, gostaria de registrar a presença do prefeito de Itapejara d'Oeste, que está aqui na tribuna, Leonardo Gritte; o Delegado Jorge Pivotto e do Vereador Picket, que está aqui também a nos assistir.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 28, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 019, 047, 057, 062/2000 e 010/2001.

Levanta-se a sessão.